



Convergências entre fenomenologia e micro-história

Convergences between phenomenology and micro-history

Rita de Cássia Vieira

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Resumo

Esse texto tem por objetivo refletir acerca da existência de alguns pontos de contato entre a fenomenologia e a micro-história, abordagens que, a despeito de advirem de matrizes de pensamento diferenciadas, se constituem, a um só tempo, proposições teóricas e métodos de investigação científica. Na intenção de demonstrar a viabilidade da citada relação, foi retomada a bibliografia de referência relativa às mesmas, buscando apresentá-las tendo como ponto de partida uma perspectiva historiográfica. O olhar, seja ele de inspiração fenomenológica ou micro-histórica, se direciona para uma análise do fenômeno contextualizada do ponto de vista social e histórico, criando assim possibilidades de releitura da realidade.

Palavras-chave: fenomenologia; micro-história; conexões

Abstract

The objective of the present text is to reflect upon the existence of a few connections between phenomenology and micro-history. As they constitute, at the same time, theoretical propositions and scientific investigation methods, both proposals are also outstanding for coming from differentiated thinking matrices. In order to demonstrate the viability of the named relationship, we have reviewed the literature related to those approaches, aiming at presenting them having a historiographical perspective as the starting point. The view, whether it has a phenomenological or a micro-historical inspiration, as well as the research developed with those same focuses, is directed to a phenomenon analysis contextualized by the social and historical point of view, therefore creating possibilities for rereading realities.

Keywords: phenomenology; micro-history; connections

Introdução

Em minha tese de doutoramento, a pesquisa efetivada teve como objetivo realizar um estudo sobre o trabalho do psicólogo no âmbito da Educação, buscando avaliar esse trabalho tendo como referência as críticas que lhe têm sido feitas¹. Essas críticas, que adquiriram vulto ao longo dos anos de 1980 e persistem até a atualidade, qualificam a atuação do psicólogo na esfera educacional como reducionista, limitada, direcionada para o atendimento de interesses individuais em detrimento do coletivo e distanciada das questões sociais,

¹ O *locus* da pesquisa foi a Clínica de Psicologia Edouard Claparède da Fundação Helena Antipoff, localizada em Ibirité, Minas Gerais. A escolha dessa instituição levou em consideração o seu reconhecido papel como uma das precursoras da psicologia no estado de Minas Gerais, e que ainda se encontra em funcionamento. A Clínica destaca-se também por ser parte da obra da psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, pioneira no estabelecimento e consolidação da psicologia da educação em Minas e no país.

econômicas, políticas e ideológicas que atravessam as instituições educativas e o próprio processo educativo.

De acordo com essa visão, a intervenção do psicólogo nos processos educativos, apoiada nos dois pilares que a sustentam – a psicometria e o atendimento clínico individual – contribuiria para a exclusão escolar e social de alunos de classes sociais menos favorecidas. Sendo eu uma psicóloga atuante e amplamente inserida no campo da educação, comecei a duvidar dessa afirmativa tão difundida. Minha hipótese era a de que, embora em casos já comprovados e relatados pela literatura crítica, a psicologia possa efetivamente ter contribuído para justificar processos de exclusão educacional ou social, a atuação do psicólogo estava longe de ser monolítica e essa generalização precisava ser contestada.

Para percorrer o caminho que me possibilitaria negar as referidas críticas, apoiei-me em duas abordagens que, num primeiro e desatento olhar, podem parecer inconciliáveis, mas que, ao longo do percurso, foram se revelando semelhantes em pontos fundamentais. No trabalho em questão, a modalidade fenomenológica de pesquisa em Psicologia foi utilizada na interpretação de laudos emitidos por psicólogos que atuavam no âmbito educacional e essa interpretação ocorreu conjuntamente com a abordagem micro-histórica. Com essa conjugação teórico-metodológica, foi possível mostrar que o trabalho do psicólogo, quando inspirado em perspectivas teóricas que enfatizem a gênese social e cultural dos fenômenos psicológicos, poderia ter exatamente o efeito contrário do afirmado pela vertente crítica, e contribuir para a inclusão escolar e social de grupos desfavorecidos.

Esse texto, apesar de fundamentar-se num trabalho investigativo e a ele se referir em alguns momentos, não tem por objetivo apresentá-lo e nem mesmo discuti-lo, mas sim trazer à tona algumas reflexões acerca do percurso metodológico utilizado.

Fenomenologia: atitude filosófica e método a serviço do conhecimento

A influência da fenomenologia estende-se atualmente aos mais diversos campos do conhecimento. Na psicologia, foi o filósofo e psicólogo alemão Franz Clemens Brentano (1838-1917), quem realmente iniciou o movimento de construção da vertente fenomenológica. Seu nome e o de Wilhelm Wundt encontram-se intimamente ligados na história dessa disciplina: aquele, pelo desejo de buscar uma científicidade para a psicologia sem, no entanto, desvinculá-la da filosofia e este, por ter influenciado decisivamente na construção de uma psicologia comprometida com os padrões de científicidade das ciências naturais.

Em 1874, mesmo ano em que surge o tratado de psicologia fisiológica de Wundt, Brentano também publica o seu tratado intitulado “Psicologia de um ponto de vista empírico”, que sistematizava uma proposta de oposição direta ao pensamento wundtiano. O projeto da psicologia empírica de Brentano recusa a psicologia racional afirmando que a filosofia é fundamental para a compreensão da vida humana, numa crítica ao positivismo

que afirma ser a ciência o único caminho para se atingir a verdade. O método da filosofia proposto por ele era o empírico, baseado na experiência, e marcava que a mesma não podia ser apreendida apenas pela percepção externa, mas também e principalmente pela percepção interna. A proposição desse método por Brentano repousava no pressuposto básico de que a fundamentação metodológica da psicologia iria depender do seu objeto e o objeto da psicologia, para ele, era constituído pelo fenômeno psíquico, cuja característica peculiar seria a intencionalidade, isto é, o *olhar*, o significado que o sujeito atribui ao objeto.

A intencionalidade é, portanto, “... o olhar que *intenciona*, capta e percebe o objeto” (Ales Bello, 2004, p.90). É, sem dúvida, produção de sentido, e é esse sentido produzido que vai fornecer a chave de acesso ao conhecimento. Segundo Maciel (2001), “... em termos de conteúdos, de objetos para pesquisa ulterior, a maior contribuição de Brentano para a psicologia foi a noção de intencionalidade” (p. 30).

Mas é Edmund Husserl (1859-1938), um dos filósofos contemporâneos mais fecundos, que é considerado o fundador da fenomenologia. A fenomenologia de Husserl “é, em primeiro lugar, uma *atitude ou postura filosófica* e, em segundo, um movimento de idéias com *método* próprio, visando sempre o rigor radical do conhecimento” (Zilles, 2002, p. 13).

Husserl foi aluno e orientando de Brentano e também foi por ele influenciado fortemente e “transformou a ‘psicologia descritiva’ daquele no que hoje se denomina o projeto da ‘fenomenologia’” (Maciel, 2001, p.24). Husserl concordava com Descartes sobre a existência indubitável de nossa própria consciência e apontava o exame da mesma como ponto de partida para a construção de uma concepção de realidade solidamente fundamentada. A partir dessa crença é que nasce um movimento filosófico que se concentra no que é experimentado conscientemente, ou seja, a fenomenologia busca descrever com esmero e rigor o mundo como ele aparece na consciência. Isso quer dizer que a proposta é partir de uma situação sem pressupostos – uma atitude ingênua – para uma atitude transcendental, na qual a consciência do pesquisador é que vai constituir o objeto que se busca conhecer como fenômeno puro. E que fique claro que isso não significa, para o pesquisador, uma negação do mundo real, exterior, mas sim um questionamento de qualquer objetividade dada *a priori* e uma tentativa de apreender o mundo com base em sua consciência, em sua experiência.

Com a criação da fenomenologia, Husserl pretendeu dar uma fundamentação filosófica às ciências. Isto se deu no momento em que ele estabelece um fundamento capaz de elevar a filosofia à condição de ciência, no sentido rigoroso do termo, e tomando como referência o conceito cartesiano de rigor. Sua intenção foi, portanto, a de construir um método que conferisse objetividade em relação ao conhecimento da realidade, mas que, ao mesmo tempo, contemplasse a intencionalidade.

Uma segunda característica da fundamentação proposta por Husserl é a afirmação de que o importante é ir às próprias coisas e aos próprios problemas, é se abrir à realidade, deixando de lado os preconceitos e pressupostos em relação a ela, pois só dessa forma é que

o fenômeno poderá se manifestar. Nessa perspectiva, ao apontar que existe algo mais evidente que o próprio objeto – que seria a consciência que se tem do mesmo – ele aponta que a reflexão racional começa quando se toma consciência disso, isto é, quando se atribui um significado a esse objeto – o que é a própria noção de intencionalidade.

Outra importante consideração de Husserl é de que a psicologia não pode retirar o objeto do seu contexto para estudo, sob pena de naturalizá-lo e fazer dele uma abstração. Isso, sem dúvida, redundaria necessariamente em perda do fenômeno. O que se tem a fazer, então, é voltar-se para o contexto no qual esse objeto se encontra. É situá-lo com rigor, contextualizá-lo no seu tempo, no seu lugar. Husserl, ao verificar que as ciências da natureza excluíram a subjetividade, e as ciências do espírito, no afã de se tornarem objetivas e de se equipararem às primeiras, negligenciaram os problemas mais fundamentais do ser humano, questiona profundamente o valor da ciência enquanto caminho para a verdade. Nesse caminho, subjetividade e mundo externo devem ser levados em consideração, já que esses dois níveis se interpenetram na constituição do sujeito, constituindo o que ele denomina de *mundo da vida* (Husserl, 1935/2002).

Mas, o que vem a ser a fenomenologia?

Etimologicamente, fenomenologia é o mesmo que ciência, estudo do fenômeno. Segundo Giovanetti (1994), a palavra fenomenologia foi empregada pela primeira vez em 1764 por um médico francês, J.H. Lambert, que a utilizou no seu livro *New Organon* para designar o estudo ou a “*descrição da aparência*”. Depois, o sentido dado a esse termo viria a ser incorporado por Kant e retomado na filosofia alemã do século XIX por Hegel. Esse último, ao fazer na sua *Fenomenologia do Espírito* a discussão sobre a relação entre ciências da natureza e ciências do espírito, descreveu a consciência, abordando-a desde o momento do contato com a realidade, pobre, até um momento mais rico, onde o conhecimento explicaria essa mesma realidade. E foi essa, portanto, a primeira idéia de descrição em fenomenologia. Entretanto, Dartigues (1973) alerta para a necessidade de se ampliar a visão restrita que é oferecida por um olhar centrado na etimologia do termo. A fenomenologia, portanto, não se constitui apenas num *estudo ou ciência do fenômeno* (do objeto a ser conhecido), mas abrange um movimento filosófico que, na busca pelo conhecimento, procura considerar a totalidade das relações do sujeito e não se deter apenas numa dimensão mais intelectualista.

Enquanto método, a fenomenologia não se constitui num método explicativo, mas sim num rigoroso método de compreensão que busca captar a intencionalidade, o significado atribuído por um sujeito a um determinado objeto, ou, como explica Marques (1989) “busca elucidar as relações entre as experiências diretas e os significados que essas experiências têm para os sujeitos que as vivem” (p. 36). A perspectiva aqui é de que a realidade sempre é percebida com um significado que lhe é atribuído – o *vivido* – e, sendo assim, a pesquisa fenomenológica tentará penetrar nesse significado, buscando desvelar aquilo que se encontra oculto por detrás dos dados levantados numa investigação, aquilo que não aparece imediatamente, ou seja, buscando ir além do nível explicativo. E captar o significado vivido é

um processo que traz algumas implicações e uma delas diz respeito à generalização: a fenomenologia desafia e rejeita as explicações que têm a intenção de serem únicas, de serem “verdades-verdadeiras” e incontestáveis.

Na sua busca de apreender a essência do conhecimento, a fenomenologia se ocupa também de uma importante dimensão constitutiva do ser humano, que é a dimensão histórica. É imprescindível situar o “ser-no-mundo”, conhecê-lo na sua individualidade e alinhar esse saber com o que o sujeito já incorporou de aspectos tomados do social e inclusive, de aspectos históricos e culturais (que já existiam anteriormente a ele). O sujeito da fenomenologia é visto, portanto, imerso no seu contexto e, só aí e com todas as implicações decorrentes dessa inserção, é que pode ser compreendido. Para Ales Bello (2004), a peculiaridade da abordagem fenomenológica está exatamente na análise de cada fenômeno – “o qual deve ser olhado e aprofundado nas suas conexões com os demais” (p. 79). Esse aspecto é também constatado por Critelli (2006), ao relembrar com propriedade que

esse olhar, a que nos referimos, não pode ser compreendido como um olhar meramente individual, mesmo que se trate do ver de um certo indivíduo. O que compõe o olhar individual já é, ontologicamente, a coexistência, ou seja, a pluralidade. Os outros fazem parte de um olhar particular (p.116).

Assim, a fenomenologia se preocupa por apresentar um fenômeno onde sujeito e sociedade constituem uma unidade integrada. O *mundo da vida* da fenomenologia é um mundo onde há vida integrada entre o sujeito e os grupos sociais do qual ele faz parte. É um mundo onde há tecnologia, onde há ciência, onde há informação, onde há conhecimento, dinheiro, consumo, violência, drogas, religião, pessoas vivendo e se relacionando... é, enfim, o mundo da intersubjetividade, que pulsa incansavelmente com a toda carga inerente aos relacionamentos interpessoais. É um mundo onde há vida sendo vivida e vida que não se vive sozinha, mas em conjunto e em consonância com um sem-número de fatores, situações e aspectos. É um mundo que, a cada dia que passa, precisamos reinterpretar e tentar entender.

Micro-história: olhar de perto para ver o diferente

Na maioria das vezes, a abordagem microhistórica vem sendo definida como prática historiográfica e tem se afirmado como um gênero de fazer e contar a história. Na atualidade, este modelo interpretativo vem se consolidando como uma verdadeira referência no debate histórico-epistemológico, estabelecendo-se cada vez mais como uma prática bastante produtiva do ponto de vista analítico (Revel, 1998; Vainfas, 2002).

Na Itália da década de 1970, um determinado grupo de historiadores se mostrava bastante inquieto com os rumos do debate acerca da crise de paradigmas então vigente no cenário da história e historiografia social. De certa forma, esta discussão foi a responsável, em grande parte, pelo surgimento da abordagem micro-histórica, pois dela resultou um mal-estar entre estes historiadores, que os provocou a uma reação, com uma consequente tomada

de posição frente à situação que se apresentava. Mais particularmente, estes estudiosos se sentiram dependentes de modelos historiográficos importados e buscaram uma reforma de concepções, exigências e procedimentos. Como resultado, deu-se o surgimento de proposições diferenciadas sobre como conduzir uma investigação do ponto de vista histórico. Na linha de frente desta iniciativa, destacam-se nomes como os de Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi.

As propostas que alicerçam a prática micro-histórica começaram a ser veiculadas de modo informal na Itália dos anos de 1970, a partir de alguns artigos publicados na revista *Quaderni Storici*. Entre estes, os mais citados são o *Microanalisi e storia sociale*, de Grendi, *O nome e o como*, de Ginzburg e Poni e também aquele que talvez tenha sido o mais importante de todos e que alcançou grande repercussão dentro e fora da Itália: o texto *Sinais – raízes de um paradigma indicário*, de Ginzburg. Em prosseguimento, novamente Ginzburg, em parceria com Giovanni Levi, dirigiu na editora Einaudi de Turim, a partir de 1980, uma coleção constituída por uma série de estudos monográficos sobre temas variados intitulada *Microstorie*. Esta realização também se tornou um marco no surgimento da proposta micro-histórica. Para Vainfas (2002), a importância da coletânea *Microstorie* como alicerce da proposta micro-histórica é indiscutível: segundo ele, essa série “está para a historiografia italiana – e ocidental – como a *Annales* está para a historiografia francesa” (p. 107). Na gênese dessa perspectiva, não se pode deixar de citar também *O queijo e os vermes*, obra considerada por muitos como a grande iniciadora e inspiradora da corrente micro-histórica, escrita por Ginzburg, e cuja primeira edição italiana data de 1976.

Além da Itália, é especialmente na França que a micro-história vai encontrar uma maior acolhida, impulsionada principalmente por Jacques Revel (1998). É este mesmo estudioso que, fazendo coro com outros micro-historiadores, afirma que, por esta abordagem se revestir de um caráter extremamente empírico, ela não possui um texto fundador. Mesmo assim, é também o próprio Revel que aponta, em uma nota neste seu trabalho, o já citado *Sinais...*, de Ginzburg, como sendo aquele que “sem dúvida teve a ambição de fundar um novo paradigma histórico” (Revel, 1998, p. 16).

É do conjunto de todos esses textos que surge uma proposta singular. Os micro-historiadores alinham suas idéias, em muitos aspectos, com a nova história cultural² e criticam os trabalhos que se abrigam sob a corrente da história das mentalidades, por considerá-los altamente retóricos e com ênfase no aspecto estético. Abordagem elaborada e minuciosa, a história cultural³ tal como concebida por Ginzburg e seus seguidores se interessa pelo detalhe e pelo contexto, pelo papel do particular, da singularidade nos processos históricos, pelas micro e pelas macro-questões que, articuladas entre si, podem

² Grendi (1998) observa e insiste que “mesmo que a linha divisória fosse fugidia e imprecisa” (p. 252), a micro-história se apresenta sob duas dimensões: uma social e uma cultural. Mesmo comportando essa dupla dimensão, o autor chama a atenção para a inexistência de oposição entre ambas e aponta essa perspectiva como uma possibilidade de abertura, baseada em exemplos capazes de ilustrar e favorecer um entendimento para a história.

auxiliar na busca de soluções para as questões investigadas. Este método de investigação essencialmente experimental rejeita categoricamente as explicações generalizantes. Tem como elemento fundador a redução da escala de observação, aliada a uma análise também circunscrita e a um estudo exaustivo da documentação pesquisada. Sobre este componente instituidor da abordagem, Giovanni Levi (1992) afirma que “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (p. 139), o que muito provavelmente não aconteceria numa abordagem tradicional. O modelo interpretativo da micro-histórica se presta, portanto, a revelar eventos-detalhes significativos que, vistos sob uma ótica convencional, se perderiam num contexto mais global e se tornariam imperceptíveis. Esmiuçados, reinterpretados e recontados sob uma ótica mais circunscrita e devidamente inseridos no contexto social e cultural que lhes cabe, estes fatos podem vir a se transformar em novas maneiras de se enxergar e contar a história.

Pensando em aproximar essa discussão das questões trazidas por minha pesquisa, uma interrogação se faz necessária: qual(is) o(s) sentido(s) existente(s) em se optar pelo estudo de um único caso? Porque privilegiar uma leitura do micro na tentativa de entender uma questão que se coloca para a psicologia enquanto ciência e profissão – no nível do macro?

No momento do surgimento do movimento da micro-história, os historiadores italianos se faziam esta mesma pergunta: o que aconteceria se fossem modificadas as condições de observação e análise de um determinado objeto de pesquisa? O que aconteceria se tomássemos este objeto numa dimensão circunscrita e particularizada de análise? Que efeitos surgiriam a partir de um redirecionamento no olhar, de uma mudança de foco no fenômeno em estudo?

A mudança na escala de observação, ponto de partida metodológico do modelo micro-histórico é essencial para a compreensão da mesma e, ainda, para que se tente respostas a estas indagações. Para os micro-historiadores, os paradigmas científicos vigentes e que naquele momento davam suporte à pesquisa no campo das ciências sociais, privilegiavam apenas e tão-somente enfoques macroanalíticos, que forçosamente refletem sobre os fenômenos de forma global, maciça e homogênea. O pensamento deles era o de que se se efetivasse uma mudança no olhar, seguramente ocorreria uma leitura diferente destes fenômenos e se teria a oportunidade de ver surgir uma nova (ou novas) configuração (ões) do objeto estudado. Ou, em outras palavras, se os fenômenos fossem captados de forma mais particularizada, objetos importantes e construídos de forma distinta e singular emergiriam diante de nossos olhos. É preciso ter em mente que sempre se está lidando com situações de uma realidade que não é única, mas multidimensional e historicamente situada. Diante disto, o fato de se olhar mais de perto remete à possibilidade de se perceber minúcias e filigranas que se tornariam imperceptíveis numa visão de conjunto, numa visão macro. Levi (1992) enfatiza esta dimensão dizendo que fenômenos já muito descritos e exaustivamente compreendidos assumem valores completamente novos quando se altera a escala de análise.

Daí, embora a observação tenha sido feita a partir de perspectivas menores, é possível estabelecerem-se generalizações mais amplas, mais universais e que expliquem a realidade de uma forma diferenciada. Bernard Lepetit (1998) também enfatiza este aspecto quando diz que “uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo” (p.102).

Limitando o campo de observação, aumentam as possibilidades de se ter uma distinção mais fina, mais precisa dos dados, mesmo eles sendo mais numerosos. Isto certamente, remete a novas configurações da realidade. Simplificando numa analogia, seria o mesmo que se utilizar do recurso de um *zoom* numa câmera fotográfica: quanto mais próximo do objeto focalizado, mais ele se apresenta de uma forma nova, diferente, às vezes tornando-se até mesmo um objeto novo, singular, ou mesmo vários outros objetos novos, até então irreconhecíveis aos nossos olhos. Como disse Faria Filho (2003),

não podemos apenas ver a floresta; é preciso calibrar o olhar para ver, sempre que necessário, cada árvore em particular. Ou seja, não podemos deixar que a visão macroscópica nos impeça de compreender a sua constituição por meio de experiências singulares, as quais, necessariamente, exigem um olhar refinado e categorias de análise adequadas. Nessa perspectiva, para compreender a constituição de uma sociedade escolarizada no Brasil, não basta olharmos para as estatísticas e demais indicadores macrossociais. É necessário que tomemos as práticas e as experiências como objeto de investigação, buscando entender os sentidos e os significados impressos nelas ou nelas reconhecidos pelos diversos sujeitos (p.87).

Numa pesquisa, contudo, não basta apenas reduzir a escala de observação. O que caracteriza a micro-história italiana, além dessa redução da escala de análise como método, é o que Revel (1998) aponta: a necessidade de se estabelecer um verdadeiro jogo que busque a compatibilização entre duas escalas, uma mais detalhada, diminuída – micro – do objeto estudado e outra, mais ampliada – macro – do contexto social, sendo que essa última é que atribuirá sentido à primeira e que é enriquecida com as novidades provenientes da microanálise. Não é um procedimento simples. Lepetit (1998), quando analisa as relações entre escala e construção do objeto, observa que não existe garantia de que uma mudança de foco sobre o fenômeno implica em mudança na forma de ver esse mesmo fenômeno, a não ser que se estabeleçam as devidas proporções entre o todo e as partes, isto é, “uma homologia entre a realidade e sua imagem e em cada uma dessas duas esferas, uma relação de proporção entre as partes” (p. 90).

Desse procedimento-chave de se focalizar estritamente um fenômeno, resultam algumas implicações de extrema relevância para o trabalho de pesquisa e que merecem ser evidenciadas. Revel (1998), no clássico texto *Microanálise e construção do social* destaca que, em decorrência dessa estratégia, algumas concepções necessariamente precisam ser redefinidas.



Uma delas é a noção de contexto, que, da forma como é vista pela micro-história, se torna fundamental na trajetória rumo ao alcance dos objetivos propostos nesta investigação.

Concluindo: um diálogo possível

A fenomenologia, conforme aponta Gomes (1986) baseado no pensamento de Merleau-Ponty, é a um só tempo uma filosofia e um método: filosofia no sentido de propor um modo de pensar, e método no sentido de possibilitar uma compreensão do ser humano no mundo, baseada, claro, nesse modo peculiar de ver o mundo. Para a fenomenologia, todas as visões que uma determinada questão pode vir a propiciar podem ser consideradas verdadeiras, desde que não sejam vistas de forma isolada, descontextualizada. Essa postura questiona as idéias tidas como certas, dogmatismos disseminados e, por si só já bastaria aos propósitos da citada pesquisa, que, como já referido, teve como pano de fundo uma “crítica-certeza” amplamente difundida no campo da psicologia educacional brasileira.

No entanto, buscando enfatizar essa colocação que se encontra no cerne do pensamento fenomenológico, fui buscar na perspectiva da micro-história alguns elementos que pudesse acrescentar substância e densidade contraposição que apresento em meu trabalho, reforçando-o na intenção de demonstrar que, em ciência, é necessário confrontar determinadas posições já estabelecidas. Isto é perfeitamente possível, levando-se em consideração que “a micro-história é uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas” (Levi, 1992, p. 133). Observando que minha investigação carregava em si características históricas, algumas idéias apresentadas por essa abordagem se mostraram bastante úteis no sentido de dar consistência à mesma.

Assim, penso que o importante aqui é destacar os pontos de encontro que consegui identificar entre a fenomenologia e a micro-história. Um deles diz respeito à generalização: ambas as perspectivas desafiam e rejeitam as explicações que têm a intenção de serem únicas, de serem “verdades-verdadeiras” e incontestáveis. Ambas destacam o papel que o singular exerce nos processos históricos. Ambas tomam uma situação, um evento, um fato, um fenômeno e o analisam exaustivamente, de forma a confirmar ou negar uma determinada percepção. O fenômeno estudado tem a chance, desta forma, de ganhar uma interpretação diferente, mas nunca aleatória, subjetiva ou descontextualizada do ponto de vista social e cultural.

Tanto fenomenologia e micro-história se preocupam por apresentar, assim, um fenômeno onde sujeito e sociedade constituem uma unidade integrada. O *mundo da vida* da fenomenologia encerra em si todos os aspectos evidenciados pela perspectiva micro-histórica: é um mundo onde há vida integrada entre o sujeito e os grupos sociais do qual ele faz parte; é um mundo onde há tecnologia, onde há ciência, onde há informação, onde há conhecimento, dinheiro, consumo, violência, drogas, religião, pessoas vivendo e se relacionando. É, enfim, o mundo da intersubjetividade, que pulsa incansavelmente com a

carga inerente aos relacionamentos interpessoais. É um mundo onde há vida sendo vivida e vida que não se vive sozinha, mas em conjunto e em consonância com um sem-número de fatores, situações e aspectos. É um mundo que precisamos, a cada dia que passa, reinterpretar e tentar entender.

Ainda nesse sentido, outro aspecto que quero evidenciar diz respeito ao vivido. A micro-história, assim como a fenomenologia, busca entender um determinado fenômeno indo do particular ao geral, partindo da premissa de que o particular diz do universal. Conhecer um fenômeno é, então, um exercício de buscar nele o que é essencial e, nesta direção, o vivido ocupa um lugar de destaque. Penetrar, pois, no vivido de um ser humano, é ter em mente que este sujeito pode perceber a realidade de uma forma diferenciada, atribuindo a ela um significado que lhe é singular. No núcleo destas duas perspectivas encontra-se, portanto, o sujeito, e essa sua importância só se dá enquanto este sujeito se constitui como “lugar dessa atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do ‘real’” (Gribaudi, 1998, p. 131). E apreender esse sujeito e seu vivido não é tarefa das mais fáceis. O acesso a esse vivido, arte e desafio para Amatuzzi (2007), que exige do pesquisador, não se deixar “enganar pelas construções já existentes no sujeito, em si próprio, ou na cultura ambiente, (pois essas construções foram feitas a partir de outras perguntas) e, no entanto, chegar lá passando por essas construções” (p. 14).

Referências

- Ales Bello, A. (2004). *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião* (M. Mahfoud & M. Massimi, Trads. e Eds.). Bauru, SP: Edusc.
- Amatuzzi, M. M. (2007). Experiência: um termo chave para a psicologia. *Memorandum*, 13, 8-15. Recuperado em 10 de fevereiro, 2010, de <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a13/amatuzzi05>
- Critelli, D. M. (2006). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica* (2a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Dartigues, A. (1973). *O que é a fenomenologia?* (M. J. J. G. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Eldorado.
- Faria Filho, L. M. (2003). O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. Em C. G. Veiga & T. N. L. Fonseca. (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil* (pp. 77-98). Belo Horizonte: Autêntica.
- Giovanetti, J. P. (1994). O impacto das idéias humanistas, fenomenológicas e existenciais na Psicoterapia. Em *Anais dos Encontros Mineiros de Psicologia Humanista* (pp. 90-93). Belo Horizonte: Grupo Mineiro de Psicologia Humanista.
- Gomes, W. B. (1986). Influências da fenomenologia e da semiótica na psicoterapia. *Psico*, 12, 127-144.



Grendi, E. (1998). Repensar a micro-história. Em J. Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 251-262). (D. Rocha, Trad.). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 1991).

Gribaudi, M. (1998). Escala, pertinência, configuração. Em J. Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 121-150). (D. Rocha, Trad.). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 1991).

Husserl, E. (2002). *A crise da humanidade européia e a filosofia* (U. Zilles, Trad. e Introd.). Porto Alegre: Edipucrs. (Original publicado em 1935).

Lepetit, B. (1998). Sobre a escala na história. Em J. Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 77-102). (D. Rocha, Trad.). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 1991).

Levi, G. (1992). Sobre a micro-história. Em P. Burke (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 133-162). (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Unesp. (Original publicado em 1991).

Marques, J. C. (1989). Abordagem fenomenológica em pesquisa: os significados das experiências e concepções. *Psico*, 17(1), 31-42.

Maciel, J. C. (2001). Franz Clemens Brentano e a psicologia. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.). *Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas* (pp. 23-34). São Paulo: Ômega.

Revel, J. (Org.) (1998). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. (Original publicado em 1991).

Vainfas, R. (2002). *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: FGV.

Zilles, U. (2002). Introdução: a fenomenologia husseriana como método radical. Em E. Husserl, E. *A crise da humanidade européia e a filosofia* (pp.11-61). Porto Alegre: Edipucrs (Original publicado em 1935).

Nota sobre a autora

Rita de Cássia Vieira é psicóloga, mestre em psicologia pela UFMG, doutora em educação pela UFMG, coordenadora técnica e pesquisadora do Laped (laboratório de Psicologia e Educação Helena Antipoff da Faculdade de Educação da UFMG). Contato: Laped/FaE/UFMG. Avenida Antonio Carlos 6669, Campus Pampulha, CEP. 30 , Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Email: ritav@ufmg.br

Data de recebimento: 26/02/2011

Data de aceite: 05/05/2011